

## Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	191.736	88.506
Contas a receber	11	640.592	734.022
Estoques	12	1.479.133	873.951
Tributos a recuperar	13	32.527	37.095
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	8.039	6.407
Outros ativos	14	56.824	25.470
		2.408.851	1.765.451
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.a	26.147	11.322
Tributos a recuperar	13	40.068	41.143
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	27	-
Outros ativos	14	4.200	10.499
		70.442	62.964
Investimentos		26	46.814
Imobilizado	16	2.037.986	1.646.878
Intangível	17	666.100	461.959
		2.704.112	2.155.651
		2.774.554	2.218.615
Total do ativo		5.183.405	3.984.066

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais							
Reserva de Capital	Reservas de Lucros			Total			
	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial		Reserva de subvencões legais	Dividendos adicionais propostos	Lucros/Prejuízos acumulados
Nota	Capital						
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>1.663.560</b>	<b>200.300</b>	<b>12.833</b>	<b>24.742</b>	<b>10.260</b>	<b>(49.595)</b>	<b>1.862.100</b>
Capital integralizado	25.a	1.045.000	(337.950)	-	-	-	707.050
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.c	-	301.887	-	-	-	301.887
Opção de compra de ações	25.b	-	-	2.223	-	-	2.223
Resultado acumulado do período	25.e	-	-	-	-	-	81.854
Constituição de reserva legal	25.d	-	-	-	1.612	-	(1.612)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	(4.860)	(4.860)
Dividendos adicionais propostos	25.f	-	-	-	-	22.985	(19.340)
Dividendos mínimos obrigatórios	25.f	-	-	-	-	-	(6.447)
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	26.344	-	-	26.344
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.708.560</b>	<b>164.237</b>	<b>15.056</b>	<b>51.086</b>	<b>11.872</b>	<b>22.985</b>	<b>2.973.796</b>
Capital integralizado	25.a	719.340	-	-	-	-	719.340
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.c	-	(164.237)	-	-	-	(164.237)
Opção de compra de ações	25.b	-	-	3.148	-	-	3.148
Resultado acumulado do período	25.e	-	-	-	-	-	230.437
Constituição de reserva legal	25.d	-	-	-	11.522	-	(11.522)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	7.315	(2.455)
Dividendos adicionais propostos	25.f	-	-	-	-	139.360	(162.345)
Dividendos mínimos obrigatórios	25.f	-	-	-	-	-	(54.115)
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	(9.581)	-	-	(9.581)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.427.900</b>	<b>-</b>	<b>18.204</b>	<b>41.505</b>	<b>23.394</b>	<b>7.315</b>	<b>3.680.663</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Informações gerais:** A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torislaw, dentre outros, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia - com cerca de 160 mil metros quadrados de área construída - está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. Em 2022, o complexo foi expandido e passou a contar com área dedicada à produção de medicamentos estéreis (injetáveis e oftalmológicos). Em Barueri-SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermocosméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. Em setembro de 2022, a Companhia iniciou operações em sua nova unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiá-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2023. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas consolidadas pela Companhia conforme permitido pelo item 4 (iv) do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, já que sua controladora Hypera S.A., apresenta demonstrações financeiras consolidadas. **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados, descontinuados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no período corrente que

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Nota	2022	2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>Operações continuadas</b>			
Receita líquida	26	2.866.573	2.263.161
Custo das vendas	27.a	(2.336.801)	(1.958.107)
<b>Lucro bruto</b>		<b>529.772</b>	<b>305.054</b>
Despesas com vendas e marketing	27.a	(171.480)	(90.576)
Despesas administrativas e gerais	27.a	(76.385)	(58.947)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	27.b	74.956	(32.266)
Equivalência patrimonial		869	361
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>357.732</b>	<b>123.626</b>
Receitas financeiras	27.c	17.846	4.786
Despesas financeiras	27.d	(46.221)	(10.015)
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		<b>(28.375)</b>	<b>(5.229)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>329.357</b>	<b>118.397</b>
Imposto de renda e contribuição social	21.c	(98.505)	(36.210)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>		<b>230.852</b>	<b>82.187</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Resultado líquido de operações descontinuadas	15	(415)	(333)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>230.437</b>	<b>81.854</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação (em R\$)		0,20146	0,08479
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	2022	2021	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>230.437</b>	<b>81.854</b>	
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão reclassificados para o resultado			
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	(14.517)	39.900	
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	4.936	(13.566)	
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.581)</b>	<b>26.334</b>	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>220.856</b>	<b>108.188</b>	

quentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **d. Contabilidade de hedge:** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de equilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4 Classificação, Reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

continua →

\*continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.** (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

no resultado do período no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.7 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor futuro, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Intangíveis:** **a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. A Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 5,0 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 14,1 anos. **2.9 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

**Anos**

Edificações e benfeitorias	37,2
Máquinas, equipamentos e instalação	20,8
Veículos	7,6
Móveis e utensílios	19,5
Ferramentas e vasilhames	9,6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidas em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Ativos e passivos mantidos para venda:** Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregados e propriedade para investimentos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado, na conta de operações descontinuadas. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.13 Cessão de crédito por fornecedores:** Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco

de crédito da Brainfarma. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica "cessão de crédito por fornecedores", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. **2.14 Empréstimos, financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.17 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.18 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.19 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.20 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.21 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da

vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	2022		2021	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Edificações		8,2		
Veículos		2,9		
Equipamentos		3,0		

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Julgamentos contábeis críticos: Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. **3.2 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: **a. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 16). **b. Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.4. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 26), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 16 e 17). **c. Contingências passivas:** A nota 24 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

**4 Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que problem negociações especulativas e venda a descoberto. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores capturados no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

Tipo (em R\$ milhares)	Contrapartes	Valor de referência (nacional)		Valor justo a receber (a pagar)		Ganhos/perdas realizadas	
		dez/22	dez/21	dez/22	dez/21	dez/22	dez/21
		Moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Contratos a termo</b>	Daycoval, Bradesco, Citi, Itaú, BofA, Morgan Stanley,	768.247	871.804	296 (12.459)	(39.866)	48.299	
Posição comprada	Original, Safra, Santander, BNP	768.247	1.013.327	296 (15.285)	(48.311)	54.856	
Posição vendida	BofA, Bradesco	-	(141.523)	-	2.826	8.445 (6.572)	
<b>Total</b>		<b>768.247</b>	<b>871.804</b>	<b>296 (12.459)</b>	<b>(39.866)</b>	<b>48.299</b>	
<b>h. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:</b>	Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.						
<b>h. Análise de sensibilidade:</b>	Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 4,43% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).						
<b>Risco (em R\$ milhares)</b>		<b>Cenário I</b>		<b>Cenário II</b>		<b>Cenário III</b>	
		25% de oscilação		50% de oscilação			
<b>Apreciação</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Apreciação</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Apreciação</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Apreciação</b>	<b>Depreciação</b>
4,254	6,305	3,960	6,600	2,640	7,919		
<b>Hedge econômico</b>	<b>(142.474)</b>	<b>142.474</b>	<b>(183.392)</b>	<b>183.392</b>	<b>(366.784)</b>	<b>366.784</b>	<b>366.784</b>
Contratos a termo	(142.474)	142.474	(183.392)	183.392	(366.784)	366.784	366.784
<b>Objeto do hedge econômico</b>	<b>55.818</b>	<b>(55.818)</b>	<b>71.849</b>	<b>(71.849)</b>	<b>143.698</b>	<b>(143.698)</b>	<b>(143.698)</b>
Fornecedores e cessão de créditos em moeda estrangeira	55.818	(55.818)	71.849	(71.849)	143.698	(143.698)	(143.698)
<b>Efeito líquido</b>	<b>(86.656)</b>	<b>86.656</b>	<b>(111.543)</b>	<b>111.543</b>	<b>(223.086)</b>	<b>223.086</b>	<b>(223.086)</b>

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos os demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nos instrumentos financeiros projetados para o primeiro trimestre de 2023.

Cenários de Variação	Aplicações financeiras	Cenário Variação Variação		
		provável de 25%	de 50%	de 50%
Total do efeito perda (ganho)	(67) (6.489) (12.978)	(67) (6.489) (12.978)	(67) (6.489) (12.978)	(67) (6.489) (12.978)
Premissas cenário provável: CDI previsto 13,69% a.a.				
<b>5 Gestão de capital:</b> Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de				

	2022		2021	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	11.578	61.125	1.200	6.688
Cessão de crédito por fornecedores	89.548	472.776	44.788	249.463
Instrumentos derivativos				
que mitigam riscos (*)	(145.513)	(768.247)	(156.522)	(871.804)
Exposição líquida	(44.387)	(234.346)	(110.534)	(615.653)

(\*) valores nomenclais

**c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores de seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2022		2021	
	(190.155)	(87.580)	(190.155)	(87.580)
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)				
Exposição líquida				

**d. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

	2022				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
	Empréstimos e financiamentos	4.914	137	-	-
Fornecedores	336.202	-	-	-	336.202
Cessão de crédito por fornecedores	720.508	-	-	-	720.508
Outros passivos	94.743	9.430	-	-	104.173
Instrumentos financeiros derivativos	2.070	-	-	-	2.070
Exposição líquida	1.158.437	9.567	-	-	1.168.004

	2021				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
	Empréstimos e financiamentos	9.158	4.914	137	-
Fornecedores	250.018	-	-	-	250.018
Cessão de crédito por fornecedores	397.453	-	-	-	397.453
Outros passivos	90.746	7.328	-	-	98.074
Instrumentos financeiros derivativos	17.257	-	-	-	17.257
Exposição líquida	764.632	12.242	137	-	777.011

**f. Derivativos:** No ano de 2022 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2022, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 768.247 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 871.804). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 296 (Em 31 de dezembro de 2021 perdas de R\$ 12.459). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

	dezembro de 2022 e de 2021	
	2022	2021
Total dos empréstimos, financiamentos (Nota 20)	4.927	13.436
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(191.736)	(88.506)
Dívida líquida	(186.809)	(75.070)
Total do patrimônio líquido	3.680.663	2.973.796
Patrimônio líquido ajustado	3.493.854	2.898.726
Índice de alavancagem financeira - %	N.A.	N.A.

**6 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 20 (b)). A Companhia aplica o CPC 40 (R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não



\* continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivos			Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP			Patrimônio Líquido	
	Emprestimos, Tributos a Recolher	Partes Relacionadas a pagar	Outros Passivos	Instrumentos financeiros ativos	Instrumentos financeiros passivos	Patrimônio Líquido	Total	
Remensuração	-	-	(77)	-	-	-	(77)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	7.662	-	-	-	-	7.662	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	22.985	22.985	
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	1.612	1.612	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	49.595	49.595	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	26.334	26.334	
Demais contas a pagar	-	-	103.891	-	-	-	103.891	
AVJ - Hedge	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores	-	-	-	46.744	(46.744)	-	-	
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	(47.929)	40.139	-	(7.790)	
<b>Total das outras variações relacionadas com passivos</b>	<b>1.074</b>	<b>2.874</b>	<b>57</b>	<b>7.662</b>	<b>107.898</b>	<b>(1.185)</b>	<b>(6.605)</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13.436</b>	<b>41.054</b>	<b>7.055</b>	<b>7.662</b>	<b>113.393</b>	<b>(6.407)</b>	<b>18.866</b>	
<b>21 Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição dos tributos diferidos ativos:</b>								

prejuízo fiscal acumulados, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2022.

	2022	2021
<b>Crédito tributário</b>		
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	995	5.316
Provisão para contingências	4.328	5.231
Perda de crédito esperada	978	978
Provisão para estoques	32.811	21.010
Provisões trabalhistas	17.167	13.686
Stock Option realizada	3.930	3.001
Outras diferenças temporárias	43.321	37.611
Total do crédito tributário	103.530	86.833

(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)

	2022	2021
Saldo remanescente do crédito tributário	77.383	75.511
b. Passivos fiscais diferidos: Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias.	26.147	11.322

**Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias:**

	2022	2021
Valor justo do imobilizado - combinações de negócios	24.765	18.724
Diferença de taxa contábil e fiscal de imobilizados	128.260	103.887
Gastos com capitalização a realizar	9.879	10.826
Outros	548	1.136
Total do débito tributário	163.452	134.573

(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza

	2022	2021
Saldo remanescente do passivo diferido	86.069	59.062

**c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:**

	2022	2021
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>328.941</b>	<b>118.064</b>
Alíquota combinada - %	34%	34%
Despesa de IR/CS à alíquota combinada	(111.816)	(40.142)
Resultado da equivalência patrimonial	183	9
Incentivo de pesquisa e desenvolvimento	22.337	10.799
Juros e correções de natureza indenizatória s/ativos tributários	393	293
Despesas não dedutíveis (permanentes)	(9.602)	(7.169)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(98.505)	(36.210)
Corrente	(10.059)	-
Diferido	(88.446)	(36.210)
Operações continuadas	(98.505)	(36.210)

**22 Tributos a recolher:**

	2022	2021
ICMS a recolher	32.939	36.342
IPI/PIS/COFINS a recolher	1.966	1.445
Outros impostos a recolher	1.572	3.267
	36.477	41.054

**23 Outros passivos:**

	2022	2021
Fretes a pagar	6.336	4.426
Serviços prestados	41.779	50.485
Compras de ativo fixo	28.826	16.580
Arrendamentos mercantis (i)	13.451	9.502
Provisão de impostos sobre provisão de perdas de estoques	19.411	15.319
Outras	20.117	17.081
	129.920	113.393

Circulante

	2022	2021
Circulante	120.456	106.065
Não circulante	9.464	7.328

**24 Contingências passivas: a. Provisões para contingências:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

	2022	2021				
<b>Prognóstico de perda provável judicial</b>	<b>Depósito Contingência líquida</b>	<b>Prognóstico de perda provável judicial</b>	<b>Depósito Contingência líquida</b>			
Cível (i)	-	-	37	-	37	
Trabalhista (ii)	2.005	(705)	1.300	3.580	(1.320)	2.260
Tributária (iii)	5.855	(5.855)	-	-	-	-
Administrativas/ outras (iv)	4.870	(45)	4.825	11.770	(41)	11.729
Responsabilidade de Ex - Proprietários	655	-	655	577	-	577
	13.385	(6.605)	6.780	15.964	(1.361)	14.603

**Movimentação das Contingências**

	2021	Atualização Monetária	Adições	Reversões	Pagamentos	2022
Cível	37	-	-	-	(37)	-
Trabalhista	3.580	282	835	(735)	(1.957)	2.005
Tributária	-	12	5.843	-	-	5.855
Administrativas/ outras	11.770	897	560	(8.190)	(167)	4.870
Responsabilidade de Ex - Proprietários	577	68	30	(20)	-	655
	15.964	1.259	7.268	(8.945)	(2.161)	13.385
Depósitos Judiciais	(1.361)	(101)	(5.855)	712	-	(6.605)
	14.603	1.158	1.413	(8.233)	(2.161)	6.780

(i) Cível Não há processos com o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais. (ii) Trabalhista: São aproximadamente 16 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 1.300. (iii) Tributária: São aproximadamente 2 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está zerado. (iv) Administrativas/outras: São aproximadamente 13 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 4.825.

**b. Contingências possíveis - (Responsabilidade da Companhia e dos Ex - Proprietários):** A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios, que pela atual avaliação de probabilidade de perda, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual. A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda possível, nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários. O valor da perda possível dos processos está estimado em R\$ 176.045, sendo R\$ 1.071 referente a processos cíveis (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 953), R\$ 11.933 referente a processos trabalhistas (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 7.126), R\$ 666 referente a processos administrativos regulatórios e outros (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 547) e R\$ 162.375 referente a processos de responsabilidade dos Ex - Proprietários (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 141.793).

	2022	2021
Cível	1.071	953
Trabalhista	11.933	7.126
Administrativas/outras	666	547
Responsabilidade de Ex - Proprietários	162.375	141.793
	176.045	150.419

**25 Capital social e reservas: a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente integralizado é de R\$ 3.427.900 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 2.708.560), representado por 1.143.842.353 (em 31 de dezembro de 2021 - 910.696.658) ações ordinárias. Em 21 de janeiro de 2022, o capital social foi aumentado

Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018, PPR 2019 e PPR 2020 a 2025 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance"). O prazo de carência de 1 ano para até 25% das opções outorgadas, 2 anos para até 50%, 3 anos para até 75%, 4 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de no mínimo, 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais. **Plano de Outorga de Ações Restritas:** Em AGE realizada em 14 de abril de 2016 e aditada em 19 de abril de 2018 e em 24 de abril de 2019, foram aprovados os Planos de Outorga de Ações Restritas, que tem por objetivo permitir a outorga de direitos em receber as Ações Restritas aos colaboradores elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, com vistas a atrair e reter executivos da Companhia. **c. Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 2022 foi integralizado, mediante a utilização de crédito resultante de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, o valor de R\$ 240.737 (duzentos e quarenta mil e setecentos e trinta e sete mil reais). **d. Reserva de lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **e. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica a variação de valor de aquisição de empresas liquidadas com ações e ganhos ou perdas em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais, o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de hedge. **f. Proposta de destinação do resultado:** Abaixo a proposta da administração para a distribuição dos dividendos de 2022:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	230.437	230.437
Constituição de reserva legal	(11.522)	(11.522)
Constituição de incentivos fiscais	(2.455)	(2.455)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>(c) 216.460</b>	<b>(c) 216.460</b>

Porcentagem dos dividendos mínimos obrigatórios (b) 25%

**Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%) (c) = (a) x (b) 54.115**

**Dividendos adicionais propostos 162.345**

**26 Receita:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Vendas brutas de produtos e serviços	3.183.569	2.526.705
Devoluções	(7.474)	(4.500)
Impostos	(309.522)	(259.044)
Receita líquida	2.866.573	2.263.161

**Nos ativos e passivos:**

Hypera S.A.  
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.  
My - Agência Propaganda Ltda.  
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.  
Megatelecom Telecomunicações S.A.  
João Alves de Queiroz Filho

Hypera S.A.  
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.  
My - Agência Propaganda Ltda.  
Megatelecom Telecomunicações S.A.  
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.  
João Alves de Queiroz Filho

(\*) Substancialmente ressarcimento de perdas de mercadoria pela controladora Hypera S.A.

**No resultado do exercício:**

	2022	2021
Vendas de mercadorias/ produto (*)	3.138.036	2.578
Compras de mercadorias/ produtos	(3.845)	-
Receita de Aluguéis	-	-
Serviços Prestados	(121)	-
Amortização de arrendamento	-	-
Despesas Financeiras	-	-
Receitas financeiras	-	235
	3.138.036	(3.845)

Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.  
Hypera S.A.  
Bio Científico Indústria de Cosméticos Ltda.  
Megatelecom Telecomunicações S.A.  
João Alves de Queiroz Filho

Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.  
Hypera S.A.  
Bio Científico Indústria de Cosméticos Ltda.  
Megatelecom Telecomunicações S.A.  
João Alves de Queiroz Filho

(\*) Refere-se às vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2022 é de R\$ 2.866.573 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 2.263.161).

**29 Outros assuntos: a. Investigação Interna:** Em 25 de maio de 2020, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, o Conselho de Administração tomou conhecimento da conclusão de uma apuração interna coordenada por Comitê Independente de fatos relacionados à "Operação Tira-Teima", que confirmou a existência de pagamentos comprovadamente indevidos pela Companhia no valor de R\$ 6,5 milhões, além dos R\$ 6,1 milhões que foram objeto de Instrumento de Transação firmado com ex-administrador da controladora da Companhia em 2016. Após negociação com o principal acionista co-controlador da Companhia, o Conselho de Administração aprovou, em 25 de maio de 2020, a celebração de um termo de pagamento com o Sr. João Alves de Queiroz Filho ("Termo de Pagamento"), o qual, entendendo ser no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, concordou em efetuar o pagamento à controladora da Companhia dos R\$ 6,5 milhões, em 4 parcelas iguais e sucessivas, devidamente atualizado monetariamente pela taxa Selic. Adicionalmente, a Companhia informou ao mercado por meio de Fato Relevante divulgado em 31 de maio de 2022 que celebrou acordo de leniência com a Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União e se obrigou (i) ao pagamento à vista de aproximadamente R\$ 110 milhões ("Valor do Acordo"); e (ii) a continuar cumprindo com o plano de desenvolvimento de seu Programa de Integridade, a ser acompanhado pelo prazo de 18 meses pela Controladoria Geral da União. Este Acordo de Leniência não alterou aspectos operacionais, fiscais e regulatórios da Companhia. A Companhia também informou nesta mesma data que o Valor do Acordo será integralmente suportado pelo acionista da Companhia Sr. João Alves de Queiroz Filho, conforme indicado no formulário de operações com partes relacionadas divulgado ao mercado na mesma data. **b. Impactos à pandemia da COVID-19:** Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia da COVID-19. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou

estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **c. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Tendo em vista a redução dos impactos socioambientais da operação, a Companhia mantém as plantas fabris em locais controlados e industriais. Dentre os principais riscos monitorados e controlados estão o manuseio de produtos e geração de resíduos perigosos; o consumo de água e a geração de efluentes; e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considerando a prestação de contas, transparência, equidade e responsabilidade corporativa, valores fundamentais para o seu negócio e todas suas ações estão divulgadas nos canais de comunicação oficiais da Companhia devidamente assegurados por auditores independentes.

estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **c. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Tendo em vista a redução dos impactos socioambientais da operação, a Companhia mantém as plantas fabris em locais controlados e industriais. Dentre os principais riscos monitorados e controlados estão o manuseio de produtos e geração de resíduos perigosos; o consumo de água e a geração de efluentes; e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considerando a prestação de contas, transparência, equidade e responsabilidade corporativa, valores fundamentais para o seu negócio e todas suas ações estão divulgadas nos canais de comunicação oficiais da Companhia devidamente assegurados por auditores independentes.

estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **c. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Tendo em vista a redução dos impactos socioambientais da operação, a Companhia mantém as plantas fabris em locais controlados e industriais. Dentre os principais riscos monitorados e controlados estão o manuseio de produtos e geração de resíduos perigosos; o consumo de água e a geração de efluentes; e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considerando a prestação de contas, transparência, equidade e responsabilidade corporativa, valores fundamentais para o seu negócio e todas suas ações estão divulgadas nos canais de comunicação oficiais da Companhia devidamente assegurados por auditores independentes.

estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **c. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Tendo em vista a redução dos impactos socioambientais da operação, a Companhia mantém as plantas fabris em locais controlados e industriais. Dentre os principais riscos monitorados e controlados estão o manuseio de produtos e geração de resíduos perigosos; o consumo de água e a geração de efluentes; e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considerando a prestação de contas, transparência, equidade e responsabilidade corporativa, valores fundamentais para o seu negócio e todas suas ações estão divulgadas nos canais de comunicação oficiais da Companhia devidamente assegurados por auditores independentes.

estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **c. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Tendo em vista a redução dos impactos socioambientais da operação, a Companhia mantém as plantas fabris em locais controlados e industriais. Dentre os principais riscos monitorados e controlados estão o manuseio de produtos e geração de resíduos perigosos; o consumo de água e a geração de efluentes; e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), considerando a prestação de contas, transparência, equidade e responsabilidade corporativa, valores fundamentais para o seu negócio e todas suas ações estão divulgadas nos canais de comunicação oficiais da Companhia devidamente assegurados por auditores independentes.

estaduais em todo seu parque fabril localizado em Anápolis-GO e Goiânia-GO. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Hypera Pharma provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **c. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Tendo em vista a redução dos impactos socioambientais da operação, a Companhia mantém as plantas fabris em locais controlados e industriais. Dentre os principais riscos monitorados e controlados estão o manuseio de produtos e geração de resíduos perigosos; o consumo de água e a geração de efluentes; e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Companhia segue as melhores

\* continuação

Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Juliane Dias Piotto Juabre  
DiretoraRafael Vito Batista  
DiretorAdilson Benjamin de Lima  
Contador - CRC 1SP 221851/O-4

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.**: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para as Notas 1 e 28 às demonstrações financeiras, que descrevem que as vendas das

mercadorias produzidas pela Companhia são substancialmente realizadas para sua controladora Hypera S.A., mantendo assim um elevado grau de dependência. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que pos-

sam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5  
Marcos Magnusson de Carvalho  
Contador CRC 1SP215373/O-9

# Ministro diz esperar que CPI do MST não vire "palanque político"

Carlos Fávaro defende apoio do Estado à reforma agrária

## AGÊNCIA BRASIL

Um dia após a leitura do requerimento para criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai apurar atos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, disse nesta quinta-feira (27) que a criação da CPI é "prerrogativa do Congresso Nacional" e espera que não se transforme em "palanque político".

Antes de se reunir com ex-ministros da pasta, Fávaro

ressaltou que a eleição terminou e que a CPI não deve ser "palanque político". Segundo o ministro, a prioridade é fortalecer a agropecuária e produção de alimentos.

"O Congresso Nacional tem a prerrogativa de, quando achar que tem algo em desconformidade na sociedade, instalar uma CPI. O que tenho a dizer, e gostaria muito, é que essa CPI não se transformasse em palanque político. A eleição passou, e temos que pensar no futuro e fortalecer a agropecuária. Concordo plenamente que não é momento de invasão de terra produtiva, nunca é momento de invasão de terra produtiva", afirmou.

Fávaro defendeu ainda que o Estado apoie a reforma agrária, porém dentro da lei.

"É papel do Estado ajudar a ter reforma agrária, mas dentro da lei. Invasão de terra produtiva não é concebível. Não vai surtir efeito, terra invadida não é para servir para reforma agrária", acrescentou.

## Comissões

Nesta quarta-feira (26), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) leu os atos de criação de três comissões parlamentares de inquérito, entre elas a que vai investigar "a atuação do MST, do seu real propósito, assim como dos seus financiadores".



A CPI do MST terá 27 titulares, que serão indicados pelos líderes partidários. Após as indicações, Lira determinará a instalação dos colegiados. A comissão tem prazo de 120

dias. O poder de investigação da CPI é igual ao de uma autoridade policial. Por isso, pode convocar autoridades, solicitar documentos e quebrar sigilos.

# Fiscalização revela que 57% das salas de aulas do país são inadequadas

Ação de tribunais de Contas foi chamada de Operação Educação

## AGÊNCIA BRASIL

Fiscalização feita por 32 tribunais de Contas, nos últimos dias 24, 25 e 26, constatou que 57% das salas de aulas visitadas no país são inadequadas como local de estudo. Ao longo de três dias, os fiscais foram a 1.082 escolas públicas, estaduais e municipais, de 537 cidades de todos os estados e do Distrito Federal.

Foram averiguados, aproximadamente, 200 itens de infraestrutura nos colégios. Os principais problemas encontrados foram janelas, ventiladores e móveis quebrados; iluminação e ventilação insuficientes; infiltrações e paredes mofadas. Também foram detectadas falhas na limpeza e higienização das dependências escolares.

"Numa determinada unidade de ensino, dentro da sala de aula estava também o fogão e o botijão de gás para o preparo da merenda escolar, com a panela de pressão em cima do fogão", destacou o presidente da

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola.

A ação, chamada de Operação Educação, feita pela Atricon em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), encontrou 31% das escolas visitadas sem coleta de esgoto e 8%, sem coleta de lixo.

Em 89% dos colégios vistoriados não havia Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento que atesta o cumprimento de regras de combate a incêndios. O levantamento mostrou ainda que 86% das escolas não tinham hidrantes; 44% não tinham extintores; e 28% estavam com extintores fora da validade.

"É inadmissível que lugares com tamanha circulação de pessoas, crianças, em sua maioria, não atendam a critérios básicos de segurança. Além disso, sabemos que, para um bom aprendizado, não bastam livros e professores. O ambiente que cerca o aluno também é importantíssimo. Como podemos esperar que esses jovens retenham conhecimento em condições tão adversas?", destacou o presidente do TCSP,

Sidney Beraldo.

## Livros e computadores

A fiscalização encontrou ainda 63% das escolas sem bibliotecas; 63% sem sala de leitura; e 88% sem laboratório ou sala de informática. Na área de segurança, 57% dos colégios não tinham nenhuma câmera de monitoramento; 45% estavam sem vigilância particular ou ronda escolar; e 87% não tinham botão de pânico ou equipamento equivalente.

Os fiscais encontraram em 53% das escolas visitadas problemas na entrada do prédio. Entre elas, 17% tinham muro ou paredes com buracos que permitem o acesso de estranhos; 8% tinham portão vandalizado ou danificado; e 10% tinham controle de portaria inadequado.

"Os Tribunais de Contas, com esses elementos, terão subsídios para novas fiscalizações, recomendações e determinações e, conforme o caso, até a aplicação de sanções. E, quanto aos recursos necessários, é preciso lembrar que os valores não investidos em 2020 e 2021 na manutenção e desenvolvimento do ensino deverão

ser aplicados pelos municípios e pelos estados, agora em 2023", ressaltou Miola.

## Capital paulista

Na capital paulista, os fiscais encontraram condições críticas relacionadas à segurança e a prevenção de incêndios. Ao todo, 36 escolas municipais administradas pela prefeitura de São Paulo foram visitadas.

De acordo com a fiscalização, 86% das escolas paulistas não tinham AVCB com validade adequada; 41% delas não tinham hidrantes e uma delas não tinha extintores de incêndio. O botão de pânico já havia sido instalado em seis das 36 escolas visitadas, mas 14 delas não tinham vigilância particular ou ronda escolar, o que equivale a 38% das escolas. Ao todo, 27 das 36 escolas tinham câmeras de segurança, mas em uma delas as câmeras não funcionaram no ato da vistoria.

Na data da vistoria, dia 24, todas as escolas tinham água potável, coleta de esgoto regular e estavam com a desinsetização em dia. A maioria (77%) tinha boas condições de limpeza. No entanto, o levantamento aponta que 52% das unidade

não dispunham de recursos de acessibilidade nas suas vias de circulação interna para pessoas com deficiência ou mobilidade.

Em 33% dos colégios visitados faltava papel higiênico, 16% tinham banheiros com torneiras faltantes ou quebradas, e 19% tinham portas faltantes ou quebradas. No total, 47% das escolas tiveram problemas aparentes nos banheiros, incluindo vasos sanitários sem tampa ou banheiros sem um dos vasos sanitários. Em quase 70% das escolas foram identificados banheiros sem acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

Em nota, a Secretaria Municipal de Educação da prefeitura de São Paulo disse que está à disposição do TCM para os esclarecimentos necessários.

"A pasta ressalta que reformas de melhoria estão em andamento em parceria com a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB). As unidades escolares também recebem verba através do Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF) para manutenção, pequenos reparos, aquisição de materiais e equipamentos".

## 26 - 30 - BALANÇO BRAINFARMA pdf

Código do documento c07b5c90-bb8c-48d0-9a3f-ef3741543687



### Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos  
diariodamanha@dm.com.br  
Assinou como parte

*Júlio Nasser Custódio dos Santos*

### Eventos do documento

#### 28 Apr 2023, 09:30:21

Documento c07b5c90-bb8c-48d0-9a3f-ef3741543687 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-28T09:30:21-03:00

#### 28 Apr 2023, 09:30:35

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-28T09:30:35-03:00

#### 28 Apr 2023, 09:30:44

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou como parte** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.159.130.85 (177.159.130.85.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 5986) - [Geolocalização: -16.649851 -49.2234164](#) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE\_ATOM: 2023-04-28T09:30:44-03:00

#### Hash do documento original

(SHA256):2f9d93f50ea783490b3d4e791a4eb70e28c5b26c23e3549996839c2cb9786003

(SHA512):8f9c36d72d5d9bc50baa04010c78de98396366525ba4b18a55a2c5efed8f587cf475e2bbee56f2b604b93986bc5151b27419aeaf6811eb495b58f1857f72f613

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**